



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, fevereiro/2004

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

José Antônio Gragnani

Luiz Tacca Júnior

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabiano Mourão Vieira

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 10, n. 1, jan. 2004. 31 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em janeiro de 2004, o Governo Central registrou superávit primário de R\$ 7,0 bilhões (equivalente a 5,28% do PIB), contra R\$ 7,2 bilhões (5,97% do PIB) obtidos em igual mês do ano anterior. O Tesouro Nacional contribuiu para o resultado do mês com superávit de R\$ 10,2 bilhões (R\$ 9,0 bilhões em janeiro de 2003), enquanto a Previdência Social e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 3,2 bilhões (R\$ 1,7 bilhão no mesmo período de 2003) e R\$ 3,8 milhões (R\$ 38,0 milhões em janeiro de 2003), respectivamente.

O resultado primário do Governo Central, em janeiro de 2003, foi superavitário em R\$ 7,0 bilhões, aproximadamente 5,28% do PIB.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2003-2004

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões		
	JAN 2003	DEZ 2003	JAN 2004
I. RECEITA TOTAL	32.474,5	37.143,2	34.764,5
I.1. Receitas do Tesouro	26.978,1	24.720,4	28.840,6
I.1.1 Receita Bruta	27.360,7	27.015,0	29.410,2
I.1.2. (-) Restituições	-382,7	-2.104,6	-569,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-190,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	5.461,4	12.297,6	5.850,0
I.3. Receitas do Banco Central	35,1	125,3	73,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.704,3	4.933,4	5.482,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	26.770,2	32.209,8	29.282,2
IV. DESPESA TOTAL	19.598,9	38.143,9	22.280,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	7.517,4	9.098,0	7.606,1
IV.2. Benefícios Previdenciários	7.204,0	16.552,8	9.002,3
IV.3. Custeio e Capital	4.803,5	12.335,2	5.557,5
IV.3.1. Despesa do FAT	569,1	719,0	604,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	85,6	2.574,2	371,2
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.148,7	9.042,1	4.582,0
IV.4. Transferência ao Banco Central	0,9	56,9	37,1
IV.5. Despesas do Banco Central	73,1	100,9	77,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	7.171,3	-5.934,1	7.001,5
V.1. Tesouro Nacional	8.952,0	-1.703,3	10.157,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.742,6	-4.255,2	-3.152,3
V.3. Banco Central (2)	-38,0	24,4	-3,8
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	5,97%	-4,29%	5,28%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

O resultado primário do Tesouro Nacional, no primeiro mês do ano, foi R\$ 1,2 bilhão (13,5%) superior ao obtido em janeiro de 2003. Esse desempenho está associado, em grande medida, ao comportamento das receitas do Tesouro Nacional, que cresceram R\$ 2,0 bilhões (7,5%) em termos nominais. Entretanto, em pontos percentuais do PIB, tais receitas passaram de 22,8% em janeiro de 2003 para 22,2% em janeiro de 2004. Entre as receitas administradas, houve aumento da arrecadação do IRPJ de R\$ 733,4 milhões e da CSLL de R\$ 600,0

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN (% PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Tesouro Nacional	7,46%	7,67%
Previdência Social	-1,45%	-2,38%
Banco Central	-0,03%	0,00%
Governo Central	5,97%	5,28%

PRINCIPAIS VARIACIONES
ACUMULADO: JAN2004/JAN2003

DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	7,1%
Tesouro	6,9%
Previdência	7,1%
Transferências	-3,9%
Receita Líquida	9,4%
Despesas	13,7%
Benefícios	25,0%
Pessoal	1,2%
Custeio e Capital	15,7%

milhões, decorrente da antecipação, para janeiro, de parte da arrecadação relativa à declaração de ajuste/2003 a ser entregue no mês de março/2004.

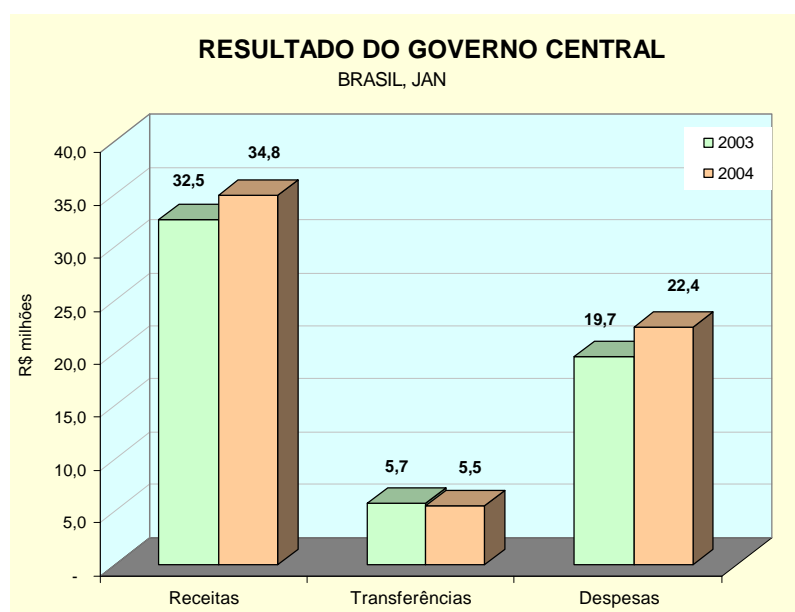
Por sua vez, as despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 878,9 milhões (7,1%) relativamente às verificadas em janeiro de 2003. Os gastos com pessoal e encargos aumentaram R\$ 88,7 milhões (1,2%), como reflexo do crescimento vegetativo da folha salarial e da reestruturação de algumas carreiras estratégicas.

As despesas com custeio e capital cresceram R\$ 754,0 milhões (15,7%), tendo contribuído para isso o comportamento das despesas: i) com abono e seguro desemprego do FAT (incremento de R\$ 35,2 milhões), associado ao reajuste do salário-mínimo em abril do ano passado; ii) com subsídios e subvenções econômicas (aumento de R\$ 285,6 milhões) e outras despesas de custeio e capital (crescimento de R\$ 433,2 milhões).

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Receitas do Tesouro (*)	22,5%	21,8%
Transferências	4,8%	4,1%
Despesas do Tesouro	10,3%	10,0%
Resultado Primário	7,5%	7,7%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

O superávit primário de R\$ 7,0 bilhões, em janeiro, encontra-se dentro das expectativas para o cumprimento da meta de 2,45% do PIB, estabelecida para o Governo Central no exercício de 2004. Vale destacar que, consideradas as projeções dos parâmetros macroeconômicos, em termos nominais, a meta deste ano é 6,4% superior a estabelecida no Decreto nº 4.591/2003 para 2003, isto é, R\$ 41,6 bilhões frente R\$ 39,1 bilhões.



Por fim, a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 3,1 bilhões em janeiro de 2004 (2,38% do PIB), contra R\$ 1,7 bilhão (1,45% do PIB) no mesmo mês do ano anterior. O ritmo de crescimento do déficit previdenciário é consequência do maior dinamismo dos gastos com benefícios, que cresceram 25,0% no ano, impulsionados pelo reajuste da inflação passada, tendo por base a variação do IPCA (19,71%) no período de junho de 2002 a maio de 2003, bem como pela ampliação do contingente de novos benefícios (cujo aumento foi de 784,0 mil em relação a janeiro de 2003). Por seu lado, a arrecadação observada nas contribuições previdenciárias, que tende a refletir apenas a evolução dos preços e a massa salarial em 2003, foi de apenas 7,1%.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 29,4 bilhões em janeiro de 2004, crescendo R\$ 2,4 bilhões em relação a dezembro de 2003. Dentre os fatores que explicam esse comportamento, se destacam o pagamento da primeira cota ou cota-única do IRPJ e da CSLL relativa ao resultado apurado no último trimestre do ano e a arrecadação do IRRF – Rendimentos de Capital relativa a juros remuneratórios do capital próprio, ambos de caráter sazonal.

A sazonalidade também afetou a arrecadação de janeiro do IRPJ, da CSLL, da COFINS e do PIS/PASEP, que foi bastante favorecida pelo bom desempenho das vendas no final de 2003. Por outro lado, a arrecadação do IPI e do IRRF-Rendimentos do Trabalho, cujo fato gerador já se dá em janeiro, teve um viés naturalmente contracionista, visto que a arrecadação de dezembro do IRRF-Rendimentos do Trabalho, por exemplo, se beneficia da tributação do 13º salário.

As demais receitas do Tesouro Nacional perfizeram R\$ 3,0 bilhões, representando aumento de R\$ 1,1 bilhão em relação ao mês anterior. A maior parte deste aumento se explica pela arrecadação trimestral de R\$ 1,5 bilhão da parcela referente à participação especial da Cota-Parte de Compensações Financeiras para Exploração de Petróleo e Gás Natural.

As receitas do Tesouro em janeiro de 2004 foram afetadas pela menor taxa média de câmbio, quando comparada ao começo de 2003, que deprimiu a arrecadação do IRRF – Remessas para o Exterior, do Imposto de Importação e do IPI – Vinculado. Os dois últimos impostos citados também sofreram redução de alíquotas, com efeitos negativos compensados apenas parcialmente pela elevação no valor em dólar das importações tributadas. Como resultado, as receitas totais do IPI, por exemplo, diminuíram de 1,2% para 1,1% do PIB, em virtude, principalmente, da queda do IPI Vinculado à Importação.

Por outro lado, alguns tributos tiveram um comportamento bastante favorável no começo de 2004. A arrecadação de IRPJ e a CSLL aumentou R\$ 0,7 bilhões devido à antecipação, para janeiro, de parte da arrecadação relativa à declaração de ajuste de 2003, a ser entregue no mês de março de 2004.

Em particular, o aumento da arrecadação da CSLL em 0,3 pontos percentuais do PIB contribuiu para que as receitas de contribuições também crescessem, totalizando 10,4% do PIB (0,1 ponto percentual acima do registrado em 2003).

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em janeiro, a receita bruta do Tesouro totalizou R\$ 29,4 bilhões, um valor R\$ 2,4 bilhões superior à arrecadação em dezembro.

A arrecadação de janeiro foi influenciada pela antecipação de recolhimento de parte do IRPJ e da CSLL de março, no montante de R\$ 0,7 bilhão.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Impostos	9,5%	9,6%
Imposto de Renda	7,4%	7,7%
IPI	1,2%	1,1%
Outros	0,9%	0,8%
Contribuições	10,3%	10,4%
Cofins	4,4%	4,4%
CPMF	1,8%	1,7%
CSLL	1,4%	1,7%
Cide - Combustíveis	0,6%	0,5%
Outras	2,2%	2,1%
Demais	2,9%	2,2%
Dividendos da União	0,3%	0,0%
Concessões	0,1%	0,0%
Outras	2,5%	2,2%
Total Bruto	22,8%	22,2%

Os R\$ 3,0 bilhões de arrecadação das Demais receitas no primeiro mês de 2004, ficaram abaixo dos R\$ 3,5 bilhões arrecadados em igual período do ano anterior, representando queda de 0,6 ponto percentual. Esta queda se explica principalmente pelo pagamento a menor de dividendos à União neste ano, cujo valor caiu de R\$ 369,9 milhões em 2003 para R\$ 4,3 milhões em janeiro de 2004.

Transferências a Estados e Municípios

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, 2003/2004 (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	DEZ	JAN
Constitucionais	4.081,3	4.433,7
Desoneração do ICMS	265,9	283,3
Demais	586,2	765,2
Total	4.933,4	5.482,3

Em janeiro, as transferências a Estados e Municípios aumentaram em R\$ 0,6 bilhão, atingindo R\$ 5,5 bilhões, contra R\$ 4,9 bilhões em dezembro. Esta diferença pode ser explicada em boa parte pelo aumento de R\$ 352,4 milhões das transferências constitucionais, decorrente da arrecadação do IRRF – Rendimentos de Capital relativos a juros remuneratórios de capital próprio, concentrada no primeiro mês do ano, e da antecipação para janeiro de parte da arrecadação relativa à declaração de ajuste de 2003 a ser entregue no mês de março. Além disso, as demais transferências aumentaram R\$ 179,0 milhões.

Relativamente a janeiro de 2003, as transferências a Estados e Municípios passaram de 4,75% do PIB para 4,14% do PIB. O principal fator responsável por este fenômeno refere-se à redução das transferências relativas à desoneração do ICMS, de 0,53% para 0,21% do PIB. Esta redução é explicada pela transferência adicional, em janeiro de 2003, de valores referentes a novembro de 1999 atualizados pelo IGP-DI, conforme determinou o artigo 3º da Lei Complementar nº 115/2002, e que totalizou R\$ 336,0 milhões.

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, JAN (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Constitucionais	3,45%	3,35%
Desoneração do ICMS	0,53%	0,21%
Demais	0,77%	0,58%
Total	4,75%	4,14%

Adicionalmente, as transferências constitucionais apresentaram diminuição de 3,45% para 3,35% do PIB, em virtude da menor arrecadação do IPI em 2004. A evolução do câmbio também contribuiu para uma redução das demais transferências a Estados e Municípios, que passaram de 0,77% para 0,58% do PIB, em razão, principalmente, dos seus efeitos sobre os repasses dos *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 13,2 bilhões em janeiro, contra R\$ 21,5 bilhões no mês anterior. A redução de R\$ 8,3 bilhões (38,6%) está concentrada nas despesas de custeio e capital (R\$ 6,8 bilhões) e pessoal e encargos sociais (R\$ 1,5 bilhão). Das despesas, cujo valor passou de R\$ 12,3 bilhões em dezembro para R\$ 5,6 bilhões em janeiro, as maiores quedas referem-se às despesas com subsídios e subvenções econômicas e demais gastos de custeio e capital.

A redução da despesa com pessoal e encargos sociais de R\$ 9,1 bilhões, em dezembro, para R\$ 7,6 bilhões, em janeiro, é explicada pelo pagamento de 13º salário e férias do funcionalismo público do Poder Executivo realizados naquele mês, sem equivalente no primeiro mês de 2004. Tal redução ocorreu a despeito do impacto no caixa do Tesouro, em janeiro, dos seguintes pagamentos: i) décima parcela relativa ao reajuste de 28,86% devido aos servidores civis da União; cujo montante liberado foi de R\$ 387,0 milhões, e ii) terceira parcela do passivo de 3,17% aos servidores do Poder Executivo (exceto militares) relativa à isonomia em reajustes concedidos ao Legislativo e Judiciário em janeiro de 1995, com liberação de R\$ 185,0 milhões.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2003/2004 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ	JAN
Pessoal e Encargos	9.098,0	7.606,1
Custeio e Capital	12.335,2	5.557,5
Despesas do FAT	719,0	604,3
Subsídios e Subvenções	2.574,2	371,2
Outras	9.042,1	4.582,0
Transferência ao Bacen	56,9	37,1

Boxe 1 – Decreto de Programação Financeira

O Decreto nº 4.959/2004 estabeleceu os limites de execução para custeio e investimentos em 6% das dotações orçamentárias autorizadas na Lei Orçamentária de 2004 (Lei nº 10.837, de 16/01/2004). Tais limites vigoraram até a publicação do Decreto nº 4.992, de 18/02/2004, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o atual exercício. Com base na revisão dos valores relativos às receitas e despesas de execução obrigatória*, o referido decreto indicou, como medida preventiva ao cumprimento da meta de resultado primário prevista na LDO 2004 (Lei nº 10.709, de 31/07/2004), uma redução de R\$ 6,0 bilhões nos montantes disponíveis para movimentação e empenho e pagamento, até que seja efetuada a reavaliação do primeiro bimestre. Vale ressaltar que, com vistas a contribuir para a criação de condições mais adequadas à retomada sustentável do crescimento econômico, foram preservados os investimentos – cujo montante global dos limites concedidos excede o valor consignado no PLOA enviado ao Congresso – em detrimento das despesas primárias correntes do Poder Executivo, em especial aquelas relativas à manutenção da máquina administrativa. Foram preservados ainda os valores necessários ao atendimento das despesas obrigatórias da União, tais como pagamento de pessoal, benefícios da Previdência, serviço da dívida, entre outros.

* Considerando-se parâmetros macroeconômicos atualizados e a arrecadação efetiva das receitas em 2003 e janeiro de 2004, a atualização das previsões dos gastos em relação aos valores constantes da LOA 2004 indicam: (i) redução de R\$ 5,1 bilhões nas receitas, decorrentes, principalmente, da queda nas arrecadações do IR (em especial rendimento de capital – em vista da queda prevista na taxa de juros), CIDE, CPMF e COFINS, e; (ii) aumento nas despesas, em R\$ 0,9 bilhão, decorrentes da implementação do estatuto do idoso, da reestimativa de recursos para o pagamento do Abono e Seguro Desemprego e da complementação de recursos ao Fundo Constitucional do Distrito Federal.

No âmbito do Programa de Operações Oficiais de Crédito, verificou-se despesa de R\$ 135,0 milhões no mês em análise contra R\$ 2,5 bilhões em dezembro. Tal variação pode ser explicada, em especial, pelas despesas

associadas à securitização agrícola herdada da década passada, ocorrida em dezembro, sem contrapartida em janeiro. Também apresentaram quedas as despesas no âmbito do Programa de Financiamento das Exportações (Proex), Programa Aquisição do Governo Federal (AGF) e Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf).

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, 2003/2004 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ	JAN
	2003	2004
Agricultura	519,0	139,2
Custeio Agropecuário	35,3	13,5
Preços Agrícolas	149,7	17,6
- EGF	1,1	2,1
- AGF	149,2	0,5
- Sustentação de preços	-0,6	15,0
Pronaf	245,2	108,1
Pesa	88,7	0,0
Outros	1.966,1	-4,2
Exportação (Proex)	458,6	-35,6
Habitação (PSH)	4,2	31,4
Securitização Lei 9.138/95	1.503,3	0,0
Total	2.485,1	135,0

O comportamento do Proex e Pronaf refletem *inter alia* mudanças metodológicas efetivadas com vistas a reduzir a discrepância estatística entre o resultado fiscal apurado sob os conceitos “acima da linha”, pelo Tesouro Nacional, e “abaixo da linha”, pelo Banco Central. A partir deste mês, passam a ser consideradas nessas rubricas não somente as despesas relativas à equalização (já consideradas na metodologia anterior), como também a diferença entre os fluxos de entradas e saídas relativos aos financiamentos concedidos no âmbito desses programas, correspondentes ao conceito de empréstimos líquidos do setor público ao setor privado (*net lending*). A inclusão desses fluxos expande o espaço das operações com conotação fiscal empreendidas pelo Governo capturadas pelas estatísticas públicas, adicionando mais um elemento à já ampla cobertura das estatísticas fiscais brasileiras. Com a finalidade de permitir a comparação de dados históricos, foram recuperadas informações desde janeiro de 2003, a quais estão sendo divulgadas na Tabela 4 do Anexo.

Despesas do Tesouro em relação ao janeiro do anterior

Em janeiro, as despesas do Tesouro Nacional alcançaram 10,0% do PIB, apresentando redução de 0,03 ponto percentual em relação às verificadas no ano anterior. Ainda assim, os dispêndios com custeio e capital apresentaram aumento correspondente a 0,19 ponto percentual do PIB, explicado principalmente pela rubrica “subsídios e subvenções econômicas”, que apresentou incremento de 0,21 ponto percentual. Por seu lado, a rubrica “pessoal e encargos sociais” elevou-se em R\$ 88,7 milhões.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Pessoal e Encargos	6,26%	5,74%
Custeio e Capital	4,00%	4,19%
Despesas do FAT	0,47%	0,46%
Subsídios e Subvenções	0,07%	0,28%
Outras	3,46%	3,46%
Transferência ao Bacen	0,00%	0,03%

As despesas do abono salarial e seguro desemprego atingiram R\$ 604,3 milhões em janeiro de 2004, aumentando em 6,1% em relação ao mesmo mês do ano anterior. O incremento dessas despesas deveu-se, principalmente, ao aumento do salário-mínimo ocorrido em abril, com reflexo nessas despesas a partir daquele mês. Ainda assim, as despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) apresentaram ligeira queda em relação ao PIB (0,01 ponto percentual).

Os gastos com subsídios à agricultura, às exportações e à habitação para população de baixa renda atingiram o montante de R\$ 135,0 milhões em janeiro de 2004, contra R\$ 48,7 milhões no mesmo mês do ano anterior. O aparente aumento do subsídio à agricultura deveu-se à não ocorrência em 2004 da venda de produtos agrícolas no âmbito do AGF ocorrida em janeiro de 2003, que, dentro da metodologia de empréstimos líquidos ao setor privado, se refletiu como uma receita do AGF de R\$ 159,4 milhões no começo do ano passado.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Agricultura	89,8	139,2
Custeio Agropecuário	58,1	13,5
Investimento Rural	44,3	0,0
Preços Agrícolas	-154,2	17,6
- EGF	0,0	2,1
- AGF	-159,4	0,5
- Sustentação de preços	5,2	15,0
Pronaf	78,3	108,1
Pesa	63,3	0,0
Outros	-41,1	-4,2
Habitação (PSH)	38,6	31,4
Exportação (Proex)	-79,7	-35,6
Total	48,7	135,0

O resultado primário do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) em janeiro foi negativo em R\$ 3,2 bilhões, enquanto ele havia sido negativo em R\$ 4,3 bilhões em dezembro de 2003. Essa redução do déficit primário é explicada principalmente pelo pagamento em dezembro dos benefícios referentes ao 13º salário dos aposentados e pensionistas. Assim, o valor total dos benefícios previdenciários pagos em dezembro foi de R\$ 16,6 bilhões, contra R\$ 9,0 bilhões em janeiro.

Previdência Social

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2003-2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	JAN	DEZ	JAN
	2003	2003	2004
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	5.461,4	12.297,6	5.850,0
Arrecadação Bruta	6.257,8	12.858,2	6.841,4
- Contribuição Previdenciária	5.764,6	12.131,7	6.298,5
- Simples	323,6	352,5	393,4
- CDP	0,0	0,0	0,0
- CFT	0,0	78,2	36,2
- Depósitos Judiciais	113,3	278,3	94,8
- Refis	35,1	17,5	18,5
- Outras Receitas	21,2	0,0	0,0
(-) Restituição/Devolução	-12,8	-33,7	-42,5
(-) Transferências a Terceiros	-783,7	-526,9	-948,9
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	7.204,0	16.552,8	9.002,3
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-1.742,6	-4.255,2	-3.152,3
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-1,45%	-3,08%	-2,38%

Em janeiro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,2 bilhões, inferior em R\$ 1,1 bilhão ao registrado em dezembro, que é um mês de pagamento do 13º salário dos aposentados e pensionistas.

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 5,9 bilhões no mês de janeiro, o que representou redução de 52,4% frente aos ingressos líquidos em dezembro de 2003, que refletem o recolhimento da contribuição incidente sobre o décimo-terceiro salário. Por outro lado, em janeiro há o repasse das contribuições devidas a terceiros (FNDE, Sesi, Senai, Sesc e outros).

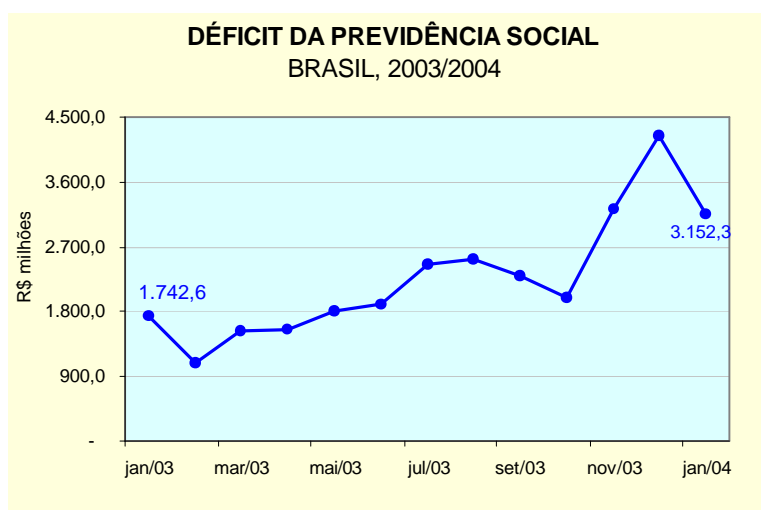
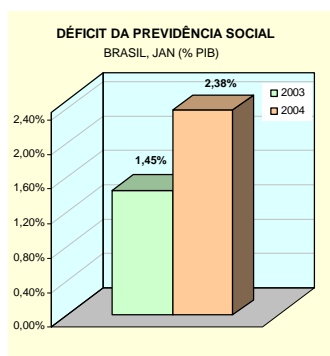
**BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JANEIRO**

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	%
Quantidade*	21,1	21,9	3,7%
Valor médio**	344,7	416,2	20,7%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

Em relação a janeiro de 2003, o déficit da Previdência Social aumentou R\$ 1,4 bilhão, com destaque para a elevação de R\$ 1,8 bilhão das despesas com benefícios, em virtude do: i) reajuste do salário mínimo em abril de 2003 e demais benefícios previdenciários a partir de julho, resultando num crescimento de 20,7% no valor médio dos benefícios; e ii) aumento na quantidade de benefícios, da ordem de 784,0 mil.

Ainda em relação a janeiro de 2003, o estoque de benefícios no primeiro mês de 2004 apresentou os seguintes incrementos: i) 385,4 mil (3,3%) nas aposentadorias; ii) 244,4 mil (29,4%) nos auxílios – doença; iii) 143,5 (2,7%) nas pensões por morte; iv) 77,6 mil (3,4%) nos benefícios assistenciais; e v) 18,2 mil (2,5%) nos benefícios acidentários. Por outro lado, houve queda no número de benefícios identificados de salário maternidade (88,7 mil benefícios a menos), explicada pela mudança na legislação previdenciária introduzida pela Lei nº 10.710, que restabeleceu, a partir de setembro de 2003, o pagamento do salário-maternidade pela empresa e não mais pela Previdência Social, salvo no caso da trabalhadora avulsa.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em janeiro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 396,0 bilhões, o que corresponde a 25,7% do PIB acumulado nos últimos doze meses.

TABELA 3			
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO			
BRASIL, 2003/2004			
DISCRIMINAÇÃO	2003		R\$ milhões
			2004
	JAN	DEZ	JAN
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	69.048	173.673	166.823
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	575.019	705.177	710.181
Dívida Contratual da STN	-390.847	-401.642	-411.423
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-115.125	-129.861	-131.936
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	262.654	221.534	229.137
Dívida Mobiliária em Poder do Público	200.987	171.614	178.835
Títulos Depositados em Garantia	-6.393	-3.649	-3.798
Dívida Contratual	69.171	54.439	54.463
Disponibilidades	-1.110	-870	-364
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	331.702	395.208	395.960
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	24,3%	25,8%	25,7%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em janeiro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 396,0 bilhões.

Em comparação ao mês de dezembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público permaneceu praticamente no mesmo patamar, apresentando aumento nominal de apenas R\$ 752,2 milhões, decorrente do incremento de R\$ 7,6 bilhões na dívida externa, contrabalançado pela diminuição da dívida interna em R\$ 6,9 bilhões.

A dívida interna líquida diminuiu de R\$ 173,7 bilhões, em dezembro de 2003, para R\$ 166,8 bilhões, no mês de janeiro, refletindo: i) os resgates líquidos da dívida mobiliária em poder do público, no montante de R\$ 5,1 bilhões; e ii) o aumento de R\$ 11,9 bilhões nos haveres contratuais do Tesouro Nacional e dos Fundos, Autarquias e Fundações, explicado pela variação positiva de seus principais indexadores, IGP-DI (0,80%), IGP-M (0,88%) e TR (0,13%), e pelo aumento das disponibilidades do FAT no extramercado.

Dívida Interna Líquida

Em janeiro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público totalizou R\$ 166,8 bilhões.

TABELA 4
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	2003		2004
	JAN	DEZ	JAN
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	69.048	173.673	166.823
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	575.019	705.177	710.181
LFT	375.453	433.347	436.105
LTN	12.118	91.310	92.175
NTN-C	47.878	61.897	61.664
NTN-D	49.611	30.110	29.610
Demais	66.745	64.843	66.911
Dívida Securitizada	21.215	21.736	21.674
TDA	2.000	1.933	2.043
DÍVIDA CONTRATUAL	-505.972	-531.503	-543.358
<i>Tesouro Nacional</i>	-390.847	-401.642	-411.423
Dívida Bancária	25.226	25.682	25.644
Lei nº 7.976/89	-13.107	-9.684	-9.778
Lei nº 8.727/93	-46.603	-47.806	-47.775
Lei nº 9.496/97	-194.297	-211.717	-213.702
Renegociação Dívida Municipais	-27.647	-30.792	-31.091
Demais Haveres da STN	-134.420	-127.324	-134.720
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-115.125	-129.861	-131.936
FAT	-81.425	-88.843	-90.744
Demais Entidades	-33.699	-41.018	-41.192
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	42,2%	46,1%	46,0%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-37,1%	-34,7%	-35,2%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-28,7%	-26,2%	-26,7%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	5,1%	11,3%	10,8%

Emissões e Resgates

Boxe 2 – Tesouro Direto

Do total de títulos emitidos, R\$ 37,7 bilhões correspondem à venda direta por meio da internet – Programa Tesouro Direto. Esse volume supera o recorde de vendas de setembro de 2003, que foi de R\$ 33,6 bilhões. Em relação à composição das vendas, os títulos indexados a Índices de Preços (NTN-B e NTN-C) representaram 44,9% do total vendido, os títulos prefixados (LTN e NTN-F) corresponderam a 43,3% e os títulos indexados a taxa Selic, 11,8%.

O Tesouro Nacional, no mês de janeiro, emitiu R\$ 22,3 bilhões em títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), dentre emissões diretas e ofertas públicas. Entretanto, os resgates no referido mês alcançaram R\$ 27,4 bilhões, resultando resgate líquido de títulos da DPMFi de R\$ 5,1 bilhões.

Por meio de oferta pública, foram emitidos R\$ 22,2 bilhões, sendo: i) R\$ 5,4 bilhões em LFT, com vencimentos em junho de 2008 e março de 2009; ii) R\$ 15,0 bilhões em LTN, com vencimentos em janeiro e julho de 2005; iii) R\$ 1,3 bilhão em NTN-B, com vencimentos em agosto de 2006, maio de 2009, maio de 2015 e agosto de 2024; e iv) R\$ 430,5 milhões em NTN-F, com vencimento em janeiro de 2008.

No que tange às emissões diretas da DPMFi, o montante total foi de R\$ 100,9 milhões, com destaque para a emissão de R\$ 60,0 milhões de CFT-E para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e R\$ 38,0 milhões de LFT referentes à cessão de crédito da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA).

Em janeiro, foram resgatados R\$ 27,4 bilhões em títulos, sendo R\$ 27,1 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 292,2 milhões referentes a

cancelamentos, sendo mais relevantes R\$ 147,1 milhões em NTN-C, R\$ 103,7 milhões em CFT-E, R\$ 25,7 milhões em títulos da dívida securitizada e R\$ 15,0 milhões em LFT, todos aceitos no leilão de NTN-B.

TABELA 5
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM
PODER DO PÚBLICO
BRASIL, JAN/2004

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS*	EMISSÕES DIRETAS	TOTAL
I. EMISSÕES	22.166	101	22.267
LFT	5.415	38	5.453
LTN	15.024	0	15.024
NTN-B	1.285	0	1.285
NTN-C	11	0	11
NTN-F	431	0	431
Demais	0	63	63
II. RESGATES***	26.418	967	27.385
LFT	8.318	0	8.318
LTN	15.474	0	15.474
NTN-B	25	0	25
NTN-C	1.299	0	1.299
NTN-D	1.278	0	1.278
NTN-F	24	0	24
TDA	0	25	25
Securitizada**	0	259	259
Demais	0	682	682
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	-4.252	-866	-5.118

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta, bem como as vendas por meio do Tesouro Direto.

*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

O Tesouro Nacional realizou, em janeiro, resgate líquido de títulos no valor de R\$ 5,1 bilhões.

Boxe 3 – Títulos Indexados a Índices de Preços

De acordo com as diretrizes de administração da Dívida Pública Federal (DPF), o Tesouro Nacional realizou, no mês de janeiro, leilões de títulos públicos remunerados a índices de preços (NTN-B, remuneradas pelo IPCA, e NTN-C, remuneradas pelo IGP-M), visando aumentar a participação desses títulos no estoque da DPF.

No que diz respeito às NTN-B, foram ofertados títulos com vencimentos em 2006, 2009, 2015 e 2024, tendo o montante vendido alcançado aproximadamente R\$ 1,3 bilhão. Desse volume, R\$ 1,0 bilhão foi recebido em dinheiro e R\$ 300,0 milhões em troca por outros títulos. Os títulos com vencimento em 2006 e 2009 representaram 89,4% do montante vendido. As taxas dos títulos com vencimentos em 2006 e 2009 foram de 8,14% a.a. e 8,35% a.a., contra 8,99% a.a. e 9,15% a.a. observadas no leilão de dezembro de 2003, respectivamente. Os demais títulos com vencimentos em 2015 e 2024 foram ambos vendidos a 8,50% a.a. contra 9,50% a.a. no mês anterior. Cabe ressaltar que essas taxas foram as menores desde a primeira emissão deste título, em março de 2002.

No que tange às NTN-C, o montante total negociado foi de R\$ 533,4 milhões, sendo que 62,0% (R\$ 330,5 milhões) correspondem à parcela recebida em dinheiro enquanto os 38,0% restantes (R\$ 202,9 milhões) foram recebidos em títulos. As taxas de venda foram de 8,05% a.a. para vencimento em 2008, 8,15% a.a. para 2017, 8,29% a.a. para 2021 e 8,30% a.a. para 2031, taxas estas inferiores às verificadas no último leilão, ocorrido em novembro de 2003, quando foram de 8,90% a.a. (2008), 8,95% a.a. (2017) e 9,00% a.a. (2021 e 2031). Destaca-se o volume alcançado pelas NTN-C com vencimento em 2031, totalizando 66,3% do montante emitido.

Composição

Quanto à composição da DPMFi, observou-se redução na participação dos títulos remunerados pela taxa SELIC em 0,13 ponto percentual, devido ao resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 2,9 bilhões. Destaca-se o aumento da participação de títulos prefixados em 0,16 ponto percentual, devido à emissão líquida de NTN-F, no valor de R\$ 406,1 milhões, e a redução da participação dos títulos indexados ao câmbio em 0,08 ponto percentual, em função do resgate líquido de R\$ 1,3 bilhão em NTN-D.



TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2003/2004

INDEXADOR	2003		2004
	JAN	DEZ	JAN
Selic	69,13	63,80	63,67
Câmbio	12,68	6,89	6,81
Prefixados	2,13	13,07	13,23
Índices de Preços	13,95	14,45	14,48
TR	2,10	1,78	1,79
Outros	0,01	0,00	0,00

* Não inclui dívida agrícola.

Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público cresceu de 14,80% a.a. em dezembro para 18,78% a.a. em janeiro, devido à depreciação do câmbio (1,79% em janeiro, contra apreciação de 2,04% em dezembro), que aumentou o custo da NTN-D em 50,50 pontos percentuais.

TABELA 7
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2004

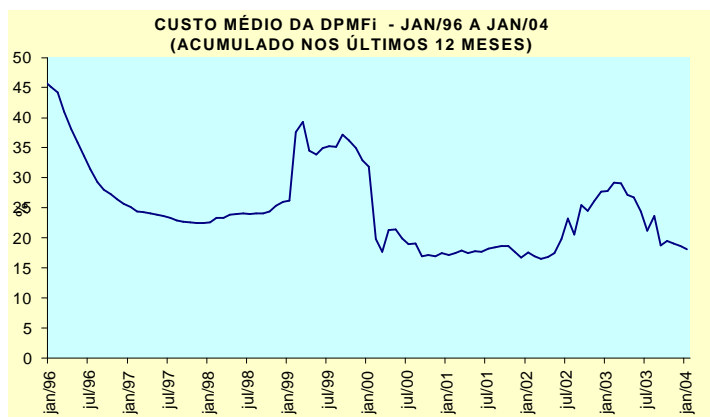
PERÍODO	(% anual)	
	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002	21,00	27,62
2003	Jan	28,13
	Fev	29,11
	Mar	29,74
	Abr	25,53
	Mai	22,56
	Jun	21,38
	Jul	21,56
	Ago	21,88
	Set	21,17
	Out	18,69
	Nov	18,57
	Dez	17,33
2003	22,91	18,41
2004	17,67	18,78

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

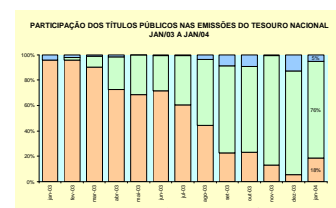
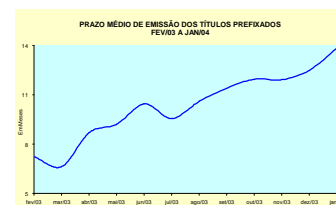
Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 17,33% a.a. em dezembro para 17,67% a.a. em janeiro, em função do crescimento do IGP-M (0,88% em janeiro, contra 0,61% em dezembro) aumentando o custo da NTN-C em 4,61 pontos percentuais.

O custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses reduziu de 18,7% a.a. em dezembro, para 18,1% a.a. em janeiro (vide gráfico a seguir). Esta redução resulta, principalmente, do fato da variação do IGP-M de janeiro de 2003 ter sido superior a de janeiro de 2004 (2,33% contra 0,88%). Cabe destacar que essa medida reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, considerando que o custo médio mensal sofre significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos.



O prazo médio de emissão dos títulos prefixados (LTN e NTN-F) apresentou crescimento expressivo nos últimos 12 meses, alcançando 13,00 meses em janeiro de 2004 contra 7,23 meses em fevereiro de 2003. Concomitantemente, observa-se considerável aumento da participação desses títulos no refinanciamento da DPMFi, atingindo 76,0% do total dos títulos públicos emitidos no mês de janeiro (R\$ 15,4 bilhões). Do montante emitido de prefixados, 97,2% correspondem a Letras do Tesouro Nacional (LTN) com vencimento em janeiro de 2005 (78,1%) e julho de 2005 (19,1%). Os outros 2,8% referem-se as NTN-F com vencimento em janeiro de 2008.

Prazo Médio



PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2003/2004

Meses

TÍTULOS	2003		2004
	JAN	DEZ	JAN
LTN	2,35	6,35	7,53
LFT	20,65	22,74	22,60
NTN-C	68,34	68,83	69,22
NTN-D	17,28	12,71	12,28
TDA	53,57	59,71	61,27
Dívida Securitizada*	60,84	59,72	59,32
Demais	118,24	109,88	107,49
TOTAL	34,21	32,04	32,13

(*) Inclui dívida agrícola.

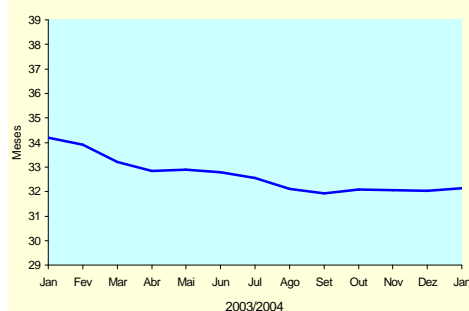
TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

Meses

PERÍODO	TOTAL	OF. PUB. (1)
2003		
Jan	34,21	22,09
Fev	33,91	22,07
Mar	33,21	21,94
Abr	32,85	22,44
Mai	32,88	23,01
Jun	32,79	23,50
Jul	32,56	23,66
Ago	32,11	23,54
Set	31,93	23,51
Out	32,10	24,14
Nov	32,06	24,15
Dez	32,04	24,50
2004		
Jan	32,13	24,79

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO



O estoque da Dívida Pública Federal Externa (DPFe), em moeda nacional, apresentou acréscimo de 3,20% em janeiro de 2004. Os principais fatores que determinaram tal crescimento foram o aumento do estoque de dívida em moeda estrangeira, em razão da emissão soberana do Global 2034, e da depreciação do real frente ao dólar (1,79%). Em dólares, o saldo devedor cresceu 1,39%, devido, principalmente, à referida captação externa.

Dívida Externa Líquida

Os resultados obtidos na emissão externa foram extremamente positivos, sinalizando que o momento escolhido foi bastante propício. Com o volume captado de US\$ 1,5 bilhão com o Global 2034, alcançou-se 54,5% do total de emissões previstas para 2004 (US\$ 5,5 bilhões), dado que em outubro de 2003, já haviam sido antecipados, deste valor previsto, outros US\$ 1,5 bilhão com a emissão do Global 2010.

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2003		2004
	JAN	DEZ	JAN
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	200.986,8	171.614,0	178.835,2
Bônus de Renegociação	65.279,6	47.318,9	48.165,6
Bônus de Captação	135.707,2	124.295,1	130.669,6
II. DÍVIDA CONTRATUAL	69.171,0	54.439,2	54.463,4
Organismos Multilaterais	39.015,3	30.947,3	30.590,6
Bancos Privados/Ag. Governamentais	11.969,0	9.298,4	9.456,4
Clube de Paris	18.186,7	14.193,5	14.416,4
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	270.157,7	226.053,2	233.298,7
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-6.393,5	-3.649,4	-3.797,8
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.110,2	-869,5	-364,1
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	262.654,1	221.534,3	229.136,8
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	19,3%	14,5%	14,9%

Em termos de custos, pode-se dizer que estes foram os menores entre todas as emissões soberanas da República. O percentual acima do título de referência do Tesouro americano (*spread over Treasury*) foi o menor entre todas as operações realizadas com títulos de longa maturação, 376 pontos base. O *spread* nas últimas emissões de títulos de prazo equivalente, por exemplo, ficou em 635 e 788 pontos base, para o Global 2030 (emitido em 22/03/2000) e Global 2040 (emitido em 17/08/2000), respectivamente. O custo total, i.e., a taxa total de retorno ao investidor (*yield*) também houve significativa melhora, tendo o Tesouro Nacional pago 8,75% a.a. nesta emissão, ante 12,15% na emissão de 30 anos anterior.

O serviço da DPFe, em janeiro, totalizou R\$ 2,7 bilhões, dos quais R\$ 1,8 bilhão refere-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 904,5 milhões ao pagamento de principal. Do total de pagamentos de principal, R\$ 755,8 milhões foram relativos a Organismos Multilaterais.

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, JAN/2004

R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS	904,5	1.812,3	2.716,8
I.1. Organismos Multilaterais	755,8	81,3	837,1
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	29,3	5,9	35,2
I.3. Clube de Paris	119,3	32,8	152,1
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	1.692,3	1.692,3
GLOBAL2034	0,0	235,7	235,7
GLOBAL2006	0,0	220,8	220,8
GLOBAL2012	0,0	197,5	197,5
GLOBAL2020	0,0	179,5	179,5
GLOBAL2005	0,0	135,5	135,5
GLOBAL2007A	0,0	140,1	140,1
GLOBAL2007	0,0	239,8	239,8
EURO2011	0,0	343,3	343,3

* O valor de juros do GLOBAL 2034 refere-se a deságio pagos na operação de emissão.

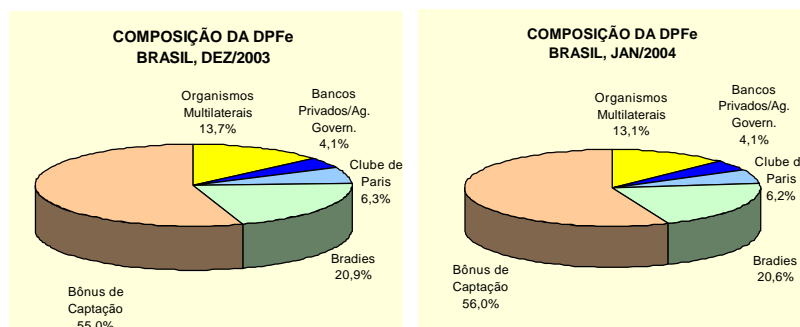
** Algumas agências japonesas do Clube de Paris, apesar do vencimento ter sido em dezembro/03, o crédito foi efetuado em janeiro/04.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 2,7 bilhões em janeiro.

Em janeiro, destaca-se ligeiro aumento da participação dos bônus de captação no total da DPFe, em contraposição à queda na participação dos bônus de renegociação. Tal movimento deveu-se à emissão de bônus global, com vencimento em 2034, no montante de R\$ 1,5 bilhão.

Composição

A participação dos Bônus de Captação no total dos títulos da Dívida Pública Federal Externa foi de 56,0% em janeiro.



Prazo e Custo Médios

O prazo médio da dívida mobiliária externa decresceu de 5,95 anos em dezembro, para em 5,74 anos em janeiro. Tal redução decorre do efeito gerado pela aproximação das datas de vencimento dos títulos, como Global 2004, com vencimento em abril, não suficientemente compensado pela nova emissão.

O custo médio, em dólares, decresceu 0,02 ponto percentual de dezembro de 2003 para janeiro de 2004, em virtude dos menores custos na emissão do Global 2034, em comparação com o estoque da dívida externa.

A dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,94% a.a. e prazo médio de 5,74 anos, em janeiro.

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	2003		2004
	JAN	DEZ	JAN
PRAZO MÉDIO (ANOS)	5,91	5,95	5,74
Bônus de Renegociação	5,97	5,73	5,58
Bônus de Captação	5,87	6,03	5,80
Globais	7,17	6,87	6,53
Euros	3,37	3,41	3,40
Demais	2,27	2,90	2,81
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,54	8,96	8,94
Bônus de Renegociação	4,93	4,87	4,87
Bônus de Captação	10,28	10,52	10,44
Globais	11,16	10,91	10,79
Euros	10,11	10,28	10,28
Demais	4,97	6,06	6,04

* Custo Médio em dólares.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jan/2003	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2004
I. RECEITA TOTAL	32.474,5	27.831,7	26.327,4	32.180,9	29.657,2	25.220,9	29.706,3	28.331,9	28.203,6	31.846,2	29.959,5	37.143,2	34.764,457
I.1. Receitas do Tesouro	26.978,1	21.610,3	20.539,2	26.256,5	23.532,4	18.950,3	23.188,3	21.714,5	21.559,9	24.795,5	23.314,5	24.720,4	28.840,6
I.1.1 Receita Bruta	27.360,7	21.894,6	20.820,3	26.683,9	23.910,4	20.483,4	24.502,5	22.351,5	22.580,6	26.563,0	25.576,5	27.015,0	29.410,2
- Impostos	11.453,2	9.848,8	9.165,5	11.857,2	10.852,2	8.641,3	10.635,5	8.721,6	9.583,7	11.405,0	11.405,0	12.055,1	12.694,1
- Contribuições	12.370,0	9.961,3	10.076,9	10.890,9	10.809,5	10.375,7	11.084,5	10.256,3	10.795,2	12.166,1	12.346,2	13.098,5	13.739,7
- Demais	3.537,4	2.084,6	1.577,8	3.935,9	2.248,8	1.466,3	2.782,5	3.373,6	2.201,7	2.991,9	1.825,3	1.861,4	2.976,4
I.1.2. (-) Restituições	-382,7	-284,3	-281,0	-427,4	-378,0	-1.533,0	-1.314,2	-637,0	-1.020,7	-1.767,5	-2.262,1	-2.104,6	-569,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-190,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	5.461,4	6.111,5	5.712,2	5.850,2	6.046,7	6.171,5	6.407,2	6.534,5	6.603,4	6.965,5	6.568,5	12.297,6	5.850,0
I.3. Receitas do Banco Central	35,1	109,8	75,9	74,2	78,1	99,1	110,8	82,8	40,2	85,2	76,6	125,3	73,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.704,3	6.144,8	4.769,7	4.502,3	6.735,9	4.227,2	4.013,8	5.068,6	4.306,2	4.429,0	5.391,2	4.933,4	5.482,3
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	4.144,0	4.353,9	3.785,5	3.628,6	4.986,0	3.554,4	2.995,4	3.896,7	3.386,2	3.522,1	3.909,3	4.081,3	4.433,7
II.2. Lei Complementar 87/ Fundo de Compensação de Exportações (1)	633,0	607,6	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	283,3
II.3. Demais	927,2	1.183,3	718,2	607,7	1.483,9	406,9	752,5	906,0	654,0	641,0	1.215,9	586,2	765,2
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	26.770,2	21.686,9	21.557,7	27.678,6	22.921,4	20.993,6	25.692,5	23.263,3	23.897,4	27.417,3	24.568,4	32.209,8	29.282,2
IV. DESPESA TOTAL	19.598,9	17.853,5	17.430,1	18.006,9	19.196,7	20.233,3	22.884,6	20.566,7	20.133,3	23.089,8	22.206,3	38.143,9	22.280,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	7.517,4	5.944,2	5.631,2	5.644,7	5.900,9	6.447,1	7.706,1	5.821,1	5.926,0	5.928,4	6.503,5	9.098,0	7.606,1
IV.2. Benefícios Previdenciários	7.204,0	7.195,2	7.249,0	7.404,8	7.856,8	8.063,0	8.877,1	9.069,7	8.906,1	8.966,1	9.790,2	16.552,8	9.002,3
IV.3. Custeio e Capital	4.803,5	4.553,8	4.418,9	4.823,1	5.292,1	5.563,1	6.095,3	5.524,1	5.195,3	8.050,4	5.773,0	12.335,2	5.557,5
IV.3.1. Despesa do FAT	569,1	395,5	428,3	592,0	841,0	420,1	987,6	1.235,8	447,7	1.416,5	486,0	719,0	604,3
- Abono e Seguro Desemprego	539,0	384,3	395,7	549,6	824,0	399,3	942,2	1.179,8	412,1	1.371,6	426,6	649,5	601,3
- Demais Despesas do FAT	30,1	11,2	32,6	42,4	17,0	20,7	45,4	56,0	35,7	44,9	59,4	69,4	3,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	85,6	185,0	102,2	114,2	123,0	352,3	400,2	234,9	313,5	1.329,6	206,7	2.574,2	371,2
- Operações Oficiais de Crédito	48,7	127,7	49,3	3,2	69,7	279,1	350,6	145,4	214,4	1.246,7	86,7	2.485,1	135,0
- Subvenções aos Fundos Regionais	36,9	57,2	52,9	111,1	53,4	73,2	49,6	89,5	99,1	82,9	120,0	89,1	236,2
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.148,7	3.973,2	3.888,4	4.116,9	4.328,1	4.790,8	4.707,5	4.053,4	4.434,1	5.304,3	5.080,3	9.042,1	4.582,0
IV.4. Transferência ao Banco Central	0,9	74,4	41,5	39,4	43,1	63,4	65,7	49,6	7,4	46,2	36,4	56,9	37,1
IV.5. Despesas do Banco Central	73,1	86,0	89,6	94,9	103,9	96,6	140,3	102,2	98,4	98,6	103,3	100,9	77,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	7.171,3	3.833,4	4.127,6	9.671,7	3.724,6	760,4	2.807,9	2.696,5	3.764,1	4.327,5	2.362,1	-5.934,1	7.001,5
V.1. Tesouro Nacional	8.952,0	4.893,2	5.678,0	11.247,0	5.560,5	2.649,4	5.307,4	5.251,2	6.125,0	6.341,5	5.610,5	-1.703,3	10.157,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (2)	-1.742,6	-1.083,7	-1.536,8	-1.554,6	-1.810,1	-1.891,5	-2.469,9	-2.535,2	-2.302,7	-2.000,6	-3.221,7	-4.255,2	-3.152,3
V.3. Banco Central (3)	-38,0	23,8	-13,6	-20,7	-25,8	2,5	-29,5	-19,4	-58,2	-13,4	-26,7	24,4	-3,8
VI. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-453,1	773,8	-674,8	638,2	-363,2	143,1	518,2	-95,8	317,4	382,8	-179,3	-1.576,6	nd
VII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (4)	6.718,2	4.607,2	3.452,8	10.309,9	3.361,5	903,5	3.326,2	2.600,7	4.081,5	4.710,3	2.182,7	-7.510,7	nd
VIII. JUROS NOMINAIS (4)	-11.083,9	-8.783,8	-172,1	12.359,5	-12.542,4	-5.626,4	-16.333,4	-11.392,3	-7.186,1	-3.553,0	-9.846,0	-4.019,7	nd
IX. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (4)	-4.365,6	-4.176,6	3.280,7	22.669,4	-9.181,0	-4.722,9	-13.007,2	-8.791,6	-3.104,6	1.157,4	-7.663,3	-11.530,4	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) A partir de janeiro de 2004 as transferências a estados e municípios associadas à Lei Complementar 87/1996 passaram a ser denominadas Fundo de Compensação das Exportações.

(2) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(3) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(4) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Jan/2003	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2004
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	26.460,3	30.578,9	28.028,2	28.920,7	34.035,1	28.051,7	28.133,2	29.749,9	29.613,7	30.492,9	33.122,3	43.722,8	28.236,3
I.1 - Recolhimento Bruto	19.234,3	22.754,9	20.630,8	20.968,2	26.123,3	20.269,1	19.931,9	21.293,5	20.735,4	21.441,2	24.680,5	29.313,2	20.344,4
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-190,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	663,4	1.039,7	1.015,1	1.445,9	1.066,7	1.000,0	1.026,6	1.107,2	1.553,3	1.222,7	1.032,3	1.230,3	906,1
I.4 - Receita das Operações de Crédito	309,7	76,4	109,7	128,9	184,0	51,5	81,3	157,1	53,5	63,7	80,9	111,6	141,6
I.5 - Receita do Salário Educação	245,4	121,5	139,6	146,5	150,5	149,5	151,5	153,9	164,3	167,8	181,7	162,8	315,5
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	6.004,8	6.583,2	6.129,6	6.227,9	6.508,1	6.576,8	6.937,8	7.033,8	7.097,2	7.586,0	7.121,1	13.054,5	6.515,9
IV.2. Concessão de Empréstimos (1)	2,7	3,2	3,3	3,2	2,6	4,8	4,1	4,4	9,9	11,6	25,9	40,4	12,7
II. DESPESAS	24.822,6	29.762,5	25.311,0	28.883,8	27.882,6	38.143,5	20.373,7	29.531,8	33.259,3	30.658,8	29.289,6	49.745,8	32.152,5
II.1 - Liberações Vinculadas	6.856,8	6.971,7	5.702,0	5.560,6	7.792,0	5.494,7	4.800,4	6.310,3	5.184,8	5.556,6	6.543,4	5.838,4	7.148,1
V.2. Concessão de Empréstimos (1)	4.508,8	4.639,9	4.033,5	3.864,8	5.317,3	3.787,0	3.190,4	4.152,5	3.608,2	3.751,5	4.118,6	4.256,7	4.862,9
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	419,0	674,4	372,7	386,6	1.106,5	260,2	272,1	723,7	306,6	403,4	889,0	309,8	316,2
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	633,0	607,6	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	283,3
II.1.4 - Outras Vinculações	1.296,0	1.049,8	1.029,8	1.043,2	1.102,2	1.181,5	1.072,0	1.168,1	1.004,0	1.135,7	1.269,9	1.006,0	1.685,7
II.2 - Liberações Ordinárias	17.965,8	22.790,8	19.609,0	23.323,3	20.090,6	32.648,8	15.573,3	23.221,5	28.074,5	25.102,2	22.746,2	43.907,4	25.004,4
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.802,7	6.047,7	5.714,0	5.711,0	6.275,8	7.606,6	6.204,4	5.651,3	5.983,1	6.047,1	8.648,2	7.504,7	7.606,3
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	2.113,8	2.875,5	2.671,2	3.490,5	669,0	3.090,5	433,0	1.709,2	4.168,5	2.569,8	186,4	5.199,6	2.133,4
i) Dívida Contratual Interna	119,3	110,4	2.104,5	118,3	105,9	107,3	109,7	104,0	112,3	373,3	109,7	397,5	109,6
(1) Concessão de empréstimos menos retornos	1.994,5	2.765,1	566,7	3.372,3	563,1	2.983,2	323,2	1.605,3	4.056,1	2.196,6	76,7	4.802,2	2.023,8
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	933,8	1.884,7	786,4	2.566,5	563,9	2.082,0	2.560,2	2.692,9	3.435,5	2.628,7	53,0	3.552,8	2.662,2
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	4.841,9	7.955,1	6.647,9	7.505,0	7.901,8	15.692,0	650,4	8.826,5	9.849,9	8.648,9	9.692,7	19.733,5	9.464,9
II.2.5 - Custeio e Investimento	3.042,4	3.835,8	3.692,2	3.916,2	4.446,9	3.857,0	5.314,3	4.050,5	4.371,9	4.319,1	3.712,8	6.757,8	2.909,5
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	231,2	192,0	97,2	134,0	233,2	320,7	411,1	291,1	265,6	888,5	453,2	1.159,0	228,1
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	1.637,7	816,4	2.717,2	36,9	6.152,6	-10.091,8	7.759,5	218,2	-3.645,6	-165,9	3.832,8	-6.023,0	-3.916,3
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	16.269,0	25.919,2	31.734,4	41.545,8	43.972,6	37.583,5	39.417,1	20.996,8	27.795,7	36.612,6	10.810,9	20.221,5	32.973,3
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	15.425,0	25.077,9	31.195,5	38.833,8	43.074,9	37.015,9	38.519,7	19.437,9	27.373,5	35.437,8	10.406,9	14.756,6	32.351,7
IV.2 - Outras Operações de Crédito	844,0	841,3	538,9	2.712,1	897,7	567,7	897,4	1.558,9	422,2	1.174,7	404,0	5.464,8	621,6
V. DESPESAS	8.056,9	28.215,3	25.225,2	6.440,9	34.566,7	31.410,0	30.190,9	22.502,4	26.846,8	13.904,0	23.853,9	27.512,6	23.225,2
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	7.179,4	25.699,5	24.558,0	3.106,0	32.828,2	28.544,8	25.735,7	19.075,5	25.828,3	10.337,8	18.076,7	19.125,7	22.061,6
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	877,5	2.515,8	667,2	3.334,9	1.738,5	2.865,2	4.455,2	3.427,0	1.018,5	3.566,2	5.777,2	8.386,9	1.163,5
V.2.1 - Dívida Interna	104,2	96,6	93,7	102,5	94,8	111,7	191,1	94,7	101,5	573,0	98,5	1.292,0	100,0
V.2.2 - Dívida Externa	773,2	2.419,1	573,5	3.232,4	1.643,7	2.753,5	4.264,1	3.332,3	917,0	2.993,2	5.678,7	7.094,9	1.063,5
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	8.245,6	-621,6	6.637,5	35.727,8	10.246,7	8.471,1	12.784,0	362,5	1.545,2	25.100,0	-7.669,8	-4.369,0	10.290,1
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-1.357,7	3.238,6	-772,4	-1.853,9	-596,6	-3.087,1	-2.535,3	1.331,7	-9.169,9	4.493,4	-6.516,3	-25.543,0	-9.353,1
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	8.492,2	1.758,9	8.453,9	33.287,9	14.961,8	-7.005,4	14.450,4	44,3	-11.866,6	27.036,1	-15.726,5	-38.857,1	-3.521,2

(*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

"R\$ milhões

	Jan/2003	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2004
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	12.234,7	7.122,6	3.864,9	7.327,1	6.663,2	17.212,9	27.850,0	15.241,7	14.352,5	8.343,4	3.683,7	2.169,3	6.776,9
I.1. Emissão de Títulos	11.314,9	3.951,5	3.779,8	9.006,7	5.120,5	16.312,5	25.732,6	11.513,9	13.116,5	6.368,3	0,0	0,0	6.131,9
I.2. Remuneração das Disponibilidades	943,5	2.958,3	84,4	-1.561,6	1.462,0	863,2	1.962,4	3.517,8	1.194,7	1.906,1	3.520,6	2.137,7	608,4
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	-23,7	212,8	0,7	-118,0	80,6	37,1	155,1	210,0	41,3	69,0	163,2	31,6	36,6
II. DESPESAS NO BACEN	13.592,4	3.883,9	4.637,3	9.181,0	7.259,8	20.300,0	30.385,4	13.910,0	23.522,5	3.850,0	10.200,0	27.712,3	16.130,0
II.1. Resgate de Títulos	12.325,5	3.690,3	3.329,0	8.941,7	6.467,0	19.200,0	27.997,4	12.938,7	21.597,9	3.305,4	8.500,0	24.444,9	14.090,9
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	1.266,9	193,7	1.308,3	239,3	792,8	1.100,0	2.388,0	971,3	1.924,5	544,6	1.700,0	3.267,4	2.039,1
IV.2. Concessão de Empréstimos (1)	-1.357,7	3.238,6	-772,4	-1.853,9	-596,6	-3.087,1	-2.535,3	1.331,7	-9.169,9	4.493,4	-6.516,3	-25.543,0	-9.353,1

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Jan/2003	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2004
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	58,1	28,0	25,1	28,7	27,1	30,1	28,8	28,8	0,0	0,0	66,1	35,3	13,5
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	44,3	59,8	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	7,4	0,0	131,3	13,4	0,0	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-154,2	-30,7	-54,3	-50,6	-4,6	-3,6	84,0	69,7	216,7	166,0	8,0	149,7	17,6
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	1,9	1,2	1,5	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,1	1,1	2,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-159,4	-34,6	-55,4	-52,2	-7,3	-7,3	76,7	66,4	214,4	165,5	-2,1	149,2	0,5
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	5,2	2,0	0,0	0,0	2,0	3,7	7,3	3,3	2,3	0,5	0,0	-0,6	15,0
IV. PRONAF	78,3	56,4	24,1	30,2	40,6	60,2	65,0	68,9	13,3	332,6	-36,4	245,2	108,1
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	25,7	33,0	26,1	27,8	27,8	31,4	34,1	75,7	1,6	132,5	30,7	122,8	23,9
IV.2. Concessão de Empréstimos (1)	52,5	23,3	-1,9	2,4	12,7	28,8	30,9	-6,8	11,7	200,1	-67,1	122,4	84,2
V. PROEX	-79,7	-2,6	-7,2	-8,3	-7,6	152,6	159,5	-29,8	-15,6	194,9	32,1	458,6	-35,6
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	4,3	2,1	4,3	7,7	36,7	141,0	178,7	22,5	6,7	152,1	44,8	316,4	10,3
V.2. Concessão de Empréstimos (1)	-84,0	-4,7	-11,5	-16,1	-44,3	11,6	-19,2	-52,2	-22,3	42,8	-12,7	142,2	-45,8
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	63,3	1,7	-0,3	0,0	0,0	28,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	88,7	0,0
VII. CACAU	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	38,6	15,0	61,8	3,2	14,3	11,0	10,2	0,0	0,0	0,0	0,2	4,2	31,4
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	421,9	3,2	1.503,3	0,0
X. TOTAL	48,7	127,7	49,3	3,2	69,7	279,1	350,6	145,4	214,4	1.246,7	86,7	2.485,1	135,0

(1) Concessão de empréstimos menos retornos

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Jan/2003	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2004
I. DÍVIDA INTERNA	69.047,7	72.764,7	85.248,4	87.181,7	106.988,6	123.494,3	137.420,8	145.676,6	155.106,5	162.303,1	170.016,0	173.673,3	166.822,9
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	575.019,4	584.485,6	600.951,0	604.538,0	623.511,6	635.669,3	657.069,6	664.970,3	677.827,3	690.957,9	702.513,0	705.176,6	710.181,2
Dívida Bancária	25.226,3	25.297,0	25.361,8	25.404,9	25.477,0	25.510,9	25.560,4	25.623,6	25.655,0	25.682,9	25.692,8	25.681,8	25.643,9
INSS	-14.256,6	-14.565,9	-14.797,5	-15.042,6	-15.104,2	-15.003,0	-14.898,0	-14.868,2	-14.960,4	-15.117,5	-15.183,6	-15.256,5	-15.348,0
Lei 7.976/89	-13.107,0	-13.069,9	-12.513,0	-10.896,5	-10.999,4	-10.587,6	-10.572,7	-10.500,4	-10.351,1	-10.092,6	-10.265,7	-9.683,7	-9.778,1
Bônus Renegociação	-25.158,6	-25.368,0	-23.860,1	-20.386,1	-21.008,6	-20.121,3	-20.559,1	-20.514,7	-20.302,2	-19.612,0	-20.246,0	-19.716,8	-20.015,8
Lei 8.727/93	-46.602,5	-46.842,2	-47.050,1	-47.215,1	-47.384,6	-47.436,1	-47.477,5	-47.561,0	-47.637,9	-47.749,2	-47.792,1	-47.806,2	-47.775,1
Lei 9.496/97	-194.297,2	-198.010,5	-201.781,0	-205.358,4	-206.088,3	-205.385,1	-204.439,1	-204.622,2	-206.112,1	-208.972,6	-210.416,9	-211.717,4	-213.702,4
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-27.647,2	-28.323,9	-28.854,7	-29.401,8	-29.640,4	-29.728,5	-29.883,6	-30.019,0	-30.275,0	-30.309,1	-30.526,3	-30.792,1	-31.090,8
Recebíveis das Estatais	-31.287,4	-31.850,5	-31.814,3	-30.512,4	-30.753,5	-30.935,3	-32.422,1	-32.845,2	-32.974,6	-32.571,9	-33.329,4	-33.704,1	-33.541,2
Outros	-42.486,0	-42.694,7	-43.166,7	-43.538,0	-43.183,1	-43.000,3	-43.460,5	-42.676,8	-43.028,2	-43.225,5	-43.766,8	-43.867,7	-44.206,1
Fat	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5	-85.105,9	-86.233,4	-86.015,9	-87.148,3	-88.070,8	-88.843,3	-90.743,8
Demais Entidades	-33.699,2	-34.307,1	-35.433,3	-36.211,8	-36.422,5	-36.931,2	-38.038,8	-38.831,2	-38.873,9	-39.492,4	-39.914,4	-41.017,9	-41.191,8
Créditos das Operações Oficiais	-14.192,4	-14.249,1	-13.474,5	-12.037,8	-12.242,6	-11.954,6	-12.326,9	-12.079,1	-12.457,2	-12.738,7	-13.219,1	-13.563,9	-13.761,9
Arrecadação a Recolher	-7.038,6	-5.244,5	-4.520,9	-8.649,9	-4.860,9	-3.414,3	-6.025,0	-4.166,0	-5.387,2	-7.307,9	-5.458,8	-1.215,4	-7.847,1
II. DÍVIDA EXTERNA	262.654,1	264.538,0	248.698,4	212.159,1	223.006,4	217.124,3	222.927,5	216.555,0	218.852,9	218.532,1	226.356,5	221.534,3	229.136,8
Dívida Mobiliária	200.986,8	203.367,9	189.793,7	161.393,2	169.781,7	167.339,2	172.309,4	166.861,8	167.657,4	167.760,7	173.813,1	171.614,0	178.835,2
Títulos Depositados em Garantias	-6.393,5	-6.697,7	-6.156,8	-5.407,5	-5.925,6	-5.615,4	-5.099,8	-5.201,9	-3.737,6	-3.522,2	-3.662,0	-3.649,4	-3.797,8
Dívida Contratual	69.171,0	69.004,9	66.188,9	57.220,7	60.119,1	56.406,1	56.659,8	55.869,2	55.879,4	55.210,3	57.119,6	54.439,2	54.463,4
Disponibilidades	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	331.701,8	337.302,7	333.946,8	299.340,8	329.995,0	340.618,6	360.348,3	362.231,6	373.959,3	380.835,2	396.372,6	395.207,5	395.959,7
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	24,3%	24,5%	24,0%	21,3%	23,2%	23,7%	24,8%	24,8%	25,3%	25,4%	26,1%	25,8%	25,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Jan/2003	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2004
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	200.986,8	203.367,9	189.793,7	161.393,2	169.781,7	167.339,2	172.309,4	166.861,8	167.657,4	167.760,7	173.813,1	171.614,0	178.835,2
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	65.279,6	65.972,0	62.030,1	52.310,6	53.680,6	51.986,3	53.678,8	49.810,4	49.041,2	46.778,4	48.304,8	47.318,9	48.165,6
Brazil Investment Bond (BIB)	1.201,1	1.213,8	1.090,3	939,7	964,3	933,9	964,3	964,6	905,3	884,5	913,4	894,8	910,8
Par Bond (PB)	7.010,5	7.084,9	6.667,1	5.745,9	5.896,6	5.710,5	5.896,4	4.566,1	4.499,7	4.396,3	4.539,7	4.447,1	4.526,6
Discount Bond (DB)	7.689,9	7.771,4	7.313,2	6.302,7	6.466,0	6.261,9	6.465,7	3.980,7	3.922,6	3.832,4	3.957,5	3.876,7	3.946,1
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.140,4	2.163,1	2.035,6	1.619,4	1.661,8	1.609,4	1.661,8	1.662,4	1.638,2	1.467,2	1.515,1	1.484,1	1.510,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	23.057,4	23.301,9	21.928,0	18.898,2	19.393,9	18.781,8	19.393,2	19.399,8	19.117,9	18.678,4	19.287,9	18.894,2	19.232,3
Debt Conversion Bond (DCB)	13.317,5	13.458,8	12.665,2	10.915,2	11.201,6	10.848,0	11.201,2	11.138,1	10.976,3	10.723,9	11.073,9	10.847,8	11.042,0
New Money Bond (NMB)	4.774,3	4.824,9	4.540,4	3.612,1	3.706,8	3.589,8	3.706,7	3.708,0	3.654,1	3.272,6	3.379,4	3.310,4	3.369,7
Eligible Interest (EI)	6.088,5	6.153,1	5.790,3	4.277,3	4.389,5	4.251,0	4.389,4	4.390,9	4.327,1	3.523,0	3.638,0	3.563,7	3.627,5
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	135.707,2	137.395,8	127.763,5	109.082,6	116.101,1	115.352,9	118.630,7	117.051,4	118.616,2	120.982,3	125.508,2	124.295,1	130.669,6
Bônus Marco Alemão 2007	1.941,8	1.970,4	1.874,6	1.653,7	1.788,9	1.681,7	1.706,5	1.652,7	1.700,5	1.706,8	1.809,6	1.866,5	1.875,5
Bônus Global 2027	12.340,3	12.471,2	11.735,9	10.114,3	10.379,6	10.052,0	10.379,3	10.382,8	10.231,9	9.996,7	10.322,9	10.112,2	10.293,2
Bônus EuroIra	1.471,0	1.492,6	1.420,1	1.252,8	1.355,2	1.274,0	1.292,7	1.252,0	1.288,2	1.293,0	1.370,8	1.414,0	1.420,8
Bônus Eurosterling 2007	871,5	842,3	796,9	693,5	728,5	711,4	717,4	700,5	718,0	729,7	761,9	777,4	804,6
Bônus Euro 2003	1.898,9	1.926,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Marco Alemão 2008	1.456,3	1.477,8	1.406,0	1.240,3	1.341,7	1.275,4	1.279,8	1.239,5	1.259,4	1.280,1	1.352,7	1.399,9	1.406,7
Bônus Global 2008	8.814,5	8.908,0	8.382,8	7.224,5	7.414,0	7.180,0	7.413,8	7.416,3	7.308,5	7.140,5	7.373,5	7.223,0	7.352,3
Bônus Global 2004	10.577,4	10.689,6	10.059,3	8.669,4	8.896,8	8.616,0	8.896,5	8.899,5	8.770,2	8.568,6	8.848,2	8.667,6	8.822,7
Bônus Euro 2004	1.860,9	1.888,3	1.796,6	1.584,9	1.714,4	1.611,7	1.635,4	1.583,9	1.629,7	1.635,8	1.734,2	1.788,8	1.797,4
Bônus Global 2009	7.051,6	7.126,4	6.706,2	5.779,6	5.931,2	5.744,0	5.931,0	5.933,0	5.846,8	5.712,4	5.898,8	5.778,4	5.881,8
Bônus Euro 2006	2.612,9	2.651,4	2.522,5	2.225,3	2.407,2	2.263,0	2.296,2	2.223,9	2.288,2	2.296,7	2.435,0	2.511,6	2.523,8
Bônus Global 2020	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4	2.856,2	2.949,4	2.889,2	2.940,9
Bônus Euro 2010	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1	2.466,9	2.503,2	2.424,3	2.494,4	2.503,7	2.654,5	2.737,9	2.751,2
Bônus Global 2030	5.641,3	5.701,1	5.365,0	4.623,7	4.745,0	4.595,2	4.744,8	4.746,4	4.677,4	4.569,9	4.719,0	4.622,7	4.705,4
Bônus Samurai 2003	7.636,0	7.830,6	7.375,7	4.850,2	4.961,3	4.795,4	4.912,2	-	-	-	-	-	-
Bônus Euro 2005	4.701,7	4.770,9	4.539,1	4.004,2	4.331,5	4.072,0	4.131,9	4.001,7	4.117,4	4.132,8	4.381,6	4.519,4	4.541,3
Bônus Global 2007	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.414,0	4.180,0	4.413,8	4.416,3	4.308,5	4.140,5	4.373,5	4.223,0	4.352,3
Bônus Global 2040	18.183,6	18.376,5	17.293,0	14.903,6	15.294,5	14.811,8	15.294,0	15.299,2	15.076,9	14.730,3	15.211,0	14.900,5	15.167,1
Bônus Euro 2007	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1	2.466,9	2.503,2	2.424,3	2.494,4	2.503,7	2.654,5	2.737,9	2.751,2
Bônus Samurai 2006	1.762,2	1.807,1	1.702,1	1.455,1	1.488,4	1.438,6	1.473,7	1.514,3	1.537,2	1.581,1	1.612,6	1.617,5	1.665,7
Bônus Global 2006	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.448,4	4.308,0	4.448,3	4.449,8	4.385,1	4.284,3	4.424,1	4.333,8	4.411,4
Bônus Euro 2011	3.797,8	3.853,7	3.666,4	3.234,4	3.498,8	3.289,2	3.337,6	3.232,4	3.325,9	3.338,3	3.539,3	3.650,6	3.668,2
Bônus Global 2024	7.580,5	7.660,9	7.209,2	6.213,1	6.376,0	6.174,8	6.375,8	6.824,5	6.896,2	6.896,3	8.773,6	8.594,5	8.748,3
Bônus Samurai 2007	2.349,5	2.409,4	2.269,5	1.940,1	1.984,5	1.918,2	1.964,9	2.019,1	2.049,6	2.108,2	2.150,2	2.156,6	2.220,9
Bônus Global 2005	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4	2.856,2	2.949,4	2.889,2	2.940,9
Bônus Global 2012	4.407,3	4.454,0	4.191,4	3.612,3	3.707,0	3.590,0	3.706,9	3.708,1	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1
Euro Bond 2009	1.898,9	1.926,9	1.833,2	1.617,2	1.749,4	1.644,6	1.668,8	1.616,2	1.662,9	1.669,1	1.769,6	1.825,3	1.834,1
Bônus Global 2013	-	-	-	-	-	3.590,0	3.706,9	3.708,1	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1
Bônus Global 2011	-	-	-	-	-	-	-	1.483,3	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1
Bônus Global 2010	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4	2.856,2	2.949,4	2.889,2	2.940,9
Bônus Global 2034	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.411,4
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-6.393,5	-6.697,7	-6.156,8	-5.407,5	-5.925,6	-5.615,4	-5.099,8	-5.201,9	-3.737,6	-3.522,2	-3.662,0	-3.649,4	-3.797,8
III. DÍVIDA CONTRATUAL	69.171,0	69.004,9	66.188,9	57.220,7	60.119,1	56.406,1	56.659,8	55.869,2	55.879,4	55.210,3	57.119,6	54.439,2	54.463,4
IV. DISPONÍB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1
V. TOTAL (I+II+III+IV)	262.654,1	264.538,0	248.698,4	212.159,1	223.006,4	217.124,3	222.927,5	216.555,0	218.852,9	218.532,1	226.356,5	221.534,3	229.136,8
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	19,3%	19,2%	17,8%	15,1%	15,7%	15,1%	15,4%	14,8%	14,8%	14,6%	14,9%	14,5%	14,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Jan/2003	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2004
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	872.999,6	888.560,4	898.891,6	899.117,2	923.238,8	935.539,1	960.282,5	969.585,3	991.422,5	1.001.757,7	1.008.973,6	982.224,4	989.821,3
I. Dívida em Mercado	575.019,4	584.485,6	600.951,0	604.538,0	623.511,6	635.669,3	657.069,6	664.970,3	677.827,3	690.957,9	702.513,0	705.176,6	710.181,2
Dívida Securitizada	21.214,9	21.500,7	23.222,3	23.491,1	23.715,4	23.738,1	23.869,8	23.362,8	23.197,7	24.020,9	22.788,7	21.736,4	21.673,6
TDA	1.999,9	1.986,8	1.981,1	1.993,1	2.110,1	2.080,0	2.071,7	2.057,3	2.044,0	2.058,5	2.015,1	1.933,3	2.043,2
LTN	12.118,2	12.720,7	15.575,8	12.201,2	21.489,8	29.914,8	43.421,0	51.588,3	63.995,8	70.985,4	85.216,6	91.309,9	92.174,7
LFT	375.453,2	381.234,3	396.819,0	413.909,0	421.656,9	427.736,1	436.437,7	438.867,0	438.764,9	443.403,9	439.395,6	433.346,5	436.104,8
LFT-A	3.248,3	3.283,5	3.318,6	3.353,8	3.393,9	3.430,6	3.475,3	3.509,6	3.540,8	3.570,6	3.589,9	3.610,2	3.626,5
LFT-B	12.752,4	12.620,6	12.254,3	12.410,1	12.178,8	11.781,8	11.631,0	8.422,6	7.855,1	7.507,7	7.455,6	6.494,0	6.415,7
NTN-A	15.918,7	16.112,8	15.148,9	12.952,5	13.319,7	12.927,9	13.374,4	13.406,4	13.194,7	12.772,8	13.216,2	12.975,3	13.233,7
NTN-B	9.347,3	9.745,0	9.851,8	9.979,0	10.838,9	10.862,3	10.933,9	11.055,0	13.643,1	15.618,2	15.765,9	18.049,9	19.576,6
NTN-C	47.877,9	50.031,3	51.907,5	53.177,9	54.257,5	53.870,4	53.259,8	54.280,9	56.636,8	57.837,5	58.810,3	61.897,4	61.664,0
NTN-D	49.610,6	50.150,5	45.973,7	36.875,1	36.331,0	35.626,0	34.528,7	34.510,5	31.397,8	29.651,7	30.655,0	30.110,1	29.610,1
NTN-F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	449,0	902,9
NTN-I	1.675,4	1.656,9	1.528,2	1.315,5	1.348,2	1.101,7	1.285,1	1.266,3	1.225,8	1.317,4	1.371,2	1.601,9	1.602,0
NTN-P	2.467,4	2.489,7	2.511,5	2.534,2	2.549,0	2.572,3	2.598,8	2.550,2	2.571,2	2.591,9	2.609,3	2.626,9	2.643,0
CFT-A	13.359,9	13.555,2	13.634,5	13.660,7	13.532,5	13.332,5	13.358,8	13.293,4	13.004,2	12.993,3	12.859,9	12.327,2	12.210,2
CFT-D	3.583,5	3.611,6	3.389,1	2.912,6	2.980,6	2.878,3	2.963,5	2.956,0	2.904,5	2.829,5	2.913,0	2.845,1	2.887,4
Demais	4.392,0	3.786,0	3.834,8	3.772,1	3.809,4	3.816,4	3.860,2	3.843,9	3.851,0	3.798,7	3.850,8	3.863,7	3.812,9
II. Dívida com BACEN	297.980,2	304.074,8	297.940,6	294.579,3	299.727,2	299.869,9	303.212,9	304.615,1	313.595,2	310.799,8	306.460,6	277.047,8	279.640,0
LTN	47.916,1	49.501,2	50.997,4	51.231,1	57.278,6	68.076,3	81.984,8	93.211,8	106.034,3	100.576,7	102.217,9	100.893,8	106.415,7
LFT	153.890,7	157.362,6	155.649,7	163.552,9	161.388,1	153.541,5	141.396,4	131.703,1	128.868,7	130.495,7	122.708,0	96.603,3	97.869,0
NTN-D	89.579,1	90.493,4	84.481,3	72.922,5	74.264,8	71.749,2	73.472,7	73.503,0	70.143,3	66.289,6	68.303,7	66.692,1	62.067,1
Demais	6.594,4	6.717,6	6.812,1	6.872,7	6.795,8	6.502,8	6.359,0	6.197,2	8.548,9	13.437,8	13.230,9	12.858,6	13.288,3
Dívida em Mercado/PIB	42,2%	42,4%	43,1%	43,0%	43,8%	44,2%	45,3%	45,4%	45,8%	46,0%	46,3%	46,1%	46,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Jan/2003	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2004
I. INTERNA	-115.124,5	-116.798,7	-119.231,5	-119.722,6	-120.734,4	-120.119,7	-123.144,7	-125.064,6	-124.889,8	-126.640,7	-127.985,2	-129.861,2	-131.935,6
Dívida contratual	844,8	852,9	812,4	727,6	732,4	691,9	705,8	704,3	701,8	689,1	709,5	487,3	495,5
FAT	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5	-85.105,9	-86.233,4	-86.015,9	-87.148,3	-88.070,8	-88.843,3	-90.743,8
Aplicações financeiras	-3.588,2	-3.689,2	-4.007,2	-4.309,7	-4.131,7	-4.316,5	-4.365,7	-4.577,3	-4.524,4	-4.764,2	-4.601,1	-4.254,8	-4.127,7
Fundos Regionais	-20.503,3	-20.625,1	-21.373,1	-21.511,8	-21.989,5	-22.182,4	-23.086,9	-23.532,7	-23.889,2	-24.157,2	-24.565,0	-24.873,1	-25.265,0
Demais	-10.452,6	-10.845,7	-10.865,5	-11.117,9	-11.033,7	-11.124,2	-11.292,0	-11.425,6	-11.162,0	-11.260,2	-11.457,7	-12.377,3	-12.294,7
II. EXTERNA	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1
Disponibilidades	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-116.234,7	-117.935,8	-120.358,9	-120.769,9	-121.703,2	-121.125,4	-124.086,6	-126.038,6	-125.836,2	-127.557,4	-128.899,4	-130.730,7	-132.299,7
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,4%	-8,6%	-8,6%	-8,5%	-8,5%	-8,5%	-8,5%	-8,6%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

No mês de janeiro de 2004, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram crescimento nominal de 10% (dez por cento) quando comparados aos repasses efetuados em dezembro de 2003, superando a expectativa inicial de 8,3%.

Em janeiro de 2004, as transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 3.648 milhões, contra R\$ 3.323 milhões no mês de dezembro, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes as distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar:

-> Governo

-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

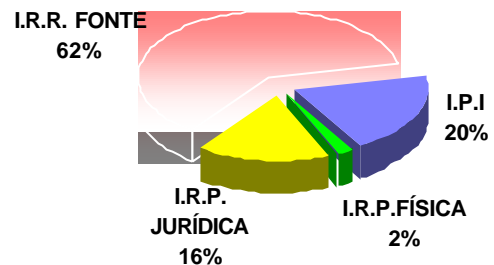
Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (0xx61) 412-3116, 412-3023.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional : (61) 481-8000.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **janeiro** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

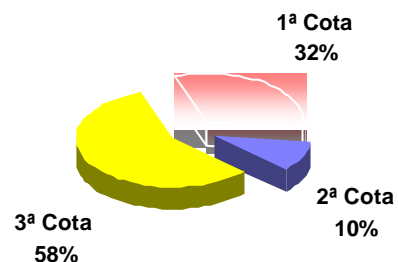
BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



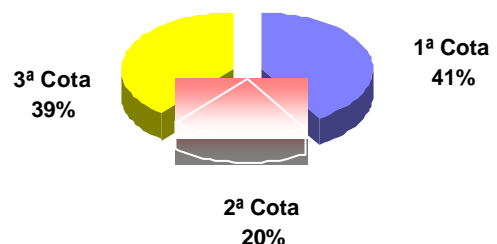
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)		VARIÇÃO NOMINAL(%)	
	JAN	DEZ	<u>JAN/04</u> DEZ/03	<u>JAN/04</u> JAN/03
2003	2.037,0	1.993,9	-	-
2004	2.193,2	-	+10,0 %	+7,7 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)		VARIÇÃO NOMINAL(%)	
	JAN	DEZ	<u>JAN/04</u> DEZ/03	<u>JAN/04</u> JAN/03
2003	1.946,4	1.905,3	-	-
2004	2.095,7	-	+10,0%	+7,7 %

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 616/02 os créditos no mês de **janeiro** foram efetuados nas seguintes datas: **09/12, 20/12 e 30/12**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
JAN	+8,3 %	+10,0%	+8,3%	+10,0%	-21,7%	-16,3%

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de dezembro a 20 de janeiro, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Dez	645,2	4.417,9	5.063,1						
JAN/2004	1.313,7	9.761,1	11.074,9	JAN/2004	9.747,6	1.781,4	1.864,2	123,1	665,1
1º Dec./Jan.	543,9	3.044,4	3.588,3	3º Dec./Dez.	5.063,1	925,3	968,3	54,8	343,8
2º Dec./Jan.	258,9	837,2	1.096,2	1º Dec./Jan.	3.588,3	655,8	686,3	46,2	245,0
3º Dec./Jan.	510,9	5.879,5	6.390,4	2º Dec./Jan.	1.096,2	200,3	209,6	22,0	76,2

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	10.257,37	60.940,54	12,44	12.605,22
AL	44.136,25	74.106,62	289,29	21.559,76
AM	26.077,53	49.707,25	3.944,65	14.498,25
AP	7.059,09	60.780,22	0,99	12.144,57
BA	168.354,43	167.380,75	8.168,48	64.283,15
CE	97.057,22	130.697,07	1.457,47	41.141,37
DF	3.786,70	12.294,99	7,40	3.183,39
ES	33.259,38	26.720,50	5.717,51	13.405,56
GO	68.264,60	50.646,03	1.012,54	21.730,16
MA	74.872,27	128.582,59	1.162,20	49.053,63
MG	245.033,73	79.350,97	13.993,84	65.198,08
MS	27.748,46	23.727,80	761,99	9.743,24
MT	35.290,09	41.112,15	1.089,57	14.499,89
PA	67.746,40	108.877,11	4.649,87	40.249,24
PB	60.067,20	85.307,85	375,19	25.842,80
PE	94.065,75	122.917,84	769,89	36.890,38
PI	46.207,23	76.979,97	82,30	23.281,00
PR	125.888,32	51.360,36	13.573,03	37.959,48
RJ	55.160,11	27.213,93	12.698,66	19.270,17
RN	46.946,90	74.423,71	336,67	21.631,66
RO	16.839,18	50.156,15	145,34	11.954,34
RR	8.897,27	44.190,36	10,56	9.386,52
RS	125.779,36	41.947,62	17.675,32	36.955,19
SC	72.495,15	22.797,93	10.453,67	20.187,48
SE	27.005,71	74.021,12	72,24	17.947,47
SP	250.053,03	17.813,66	24.616,64	63.971,50
TO	28.393,03	77.311,30	5,47	18.688,12
TOTAL	1.866.741,77	1.781.366,37	123.083,20	727.261,62

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Fev/Jan	Mar/Fev	Abr/Mar
FPM/FPE/FNE/FNO/FCO	+7,0%	-24,6%	+29,9%
IPI-EXP	+9,8%	+7,5%	+7,4%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Jan a Jun/03	31/07/03	Out/2003	31/12/03
Jun/2003	31/07/03	Nov/2003	03/02/04
Jul/2003	21/08/03	Dez/2003	04/02/04
Ago/2003	30/09/03	Jan a Dez/03	04/02/04
Set/2003	13/11/03	Jan/2004	18/02/04

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de dezembro de 2002, a Portaria STN 616, de 18 de dezembro de 2002, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2003.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (061) 412.3116/3023 Fax: (061) 412.1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

JANEIRO/2004

COMPORTAMENTO NO MÊS

Em janeiro de 2004, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.455 milhões, contra R\$ 2.415 milhões em dezembro de 2003. Mesmo com a participação negativa do IPI-Exportação e da parcela da complementação da União ser bem menor do que a creditada no mês de dezembro, os repasses para o Fundo ainda apresentaram crescimento de 1,6% em valores nominais. Contribuíram positivamente para isso o bom comportamento das transferências dos Fundos de Participação e um crescimento da ordem de 2,4% do ICMS-Estadual.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes as distribuições de cotações das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: > Governo, > DAF-Distribuição da Arrecadação Federal-> Clique aqui para ver Demonstrativo. **Não deixe de consultar, também a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional: (061)481-8000.**

R\$ Mil

Origens	dezembro	Partic.	janeiro	Partic.	Jan/ Dez
FPM	297.395,6	12,3%	326.459,0	13,3%	9,8%
FPE	286.407,6	11,9%	314.358,8	12,8%	9,8%
IPI-EXP	26.054,2	1,1%	21.720,6	0,9%	-16,6%
LC 87/96	39.783,7	1,6%	42.387,5	1,7%	6,5%
LC 102/00					
Compl. União	78.998,9	3,3%	22.335,8	0,9%	-
ICMS	1.687.338,5	69,8%	1.728.089,3	70,4%	2,4%
Total	2.415.978,5	100%	2.455.350,9	100%	1,6%

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 2104-8648, 2104-9270, 2104-9295
- por meio do Fax (61) 2104-9283;
- por meio de e-mail: fundef@sef.mec.gov.br ;
- por correspondência endereçada ao:

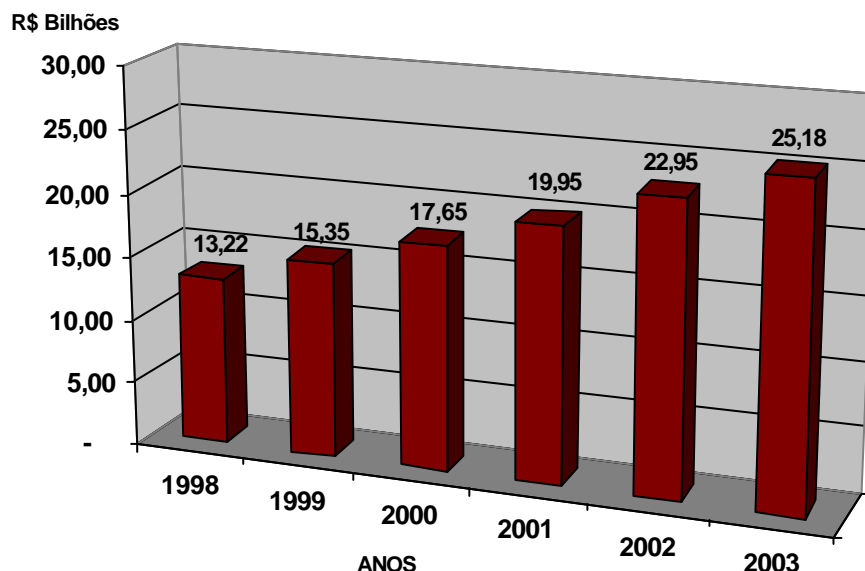
Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501
70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116/3023 Fax: (61) 412. 1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

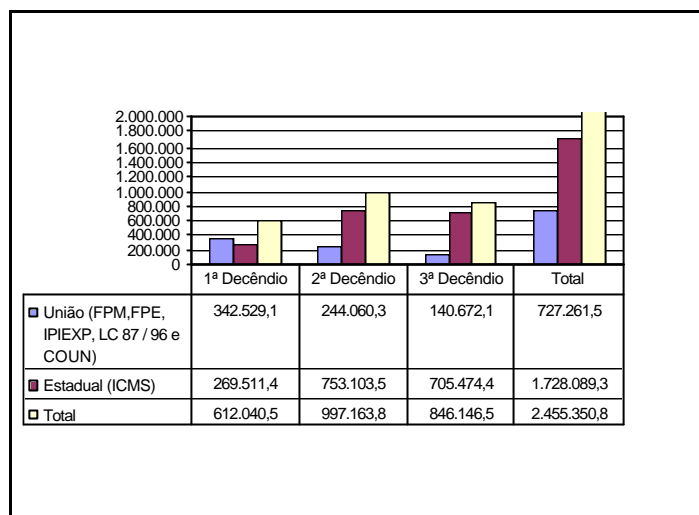
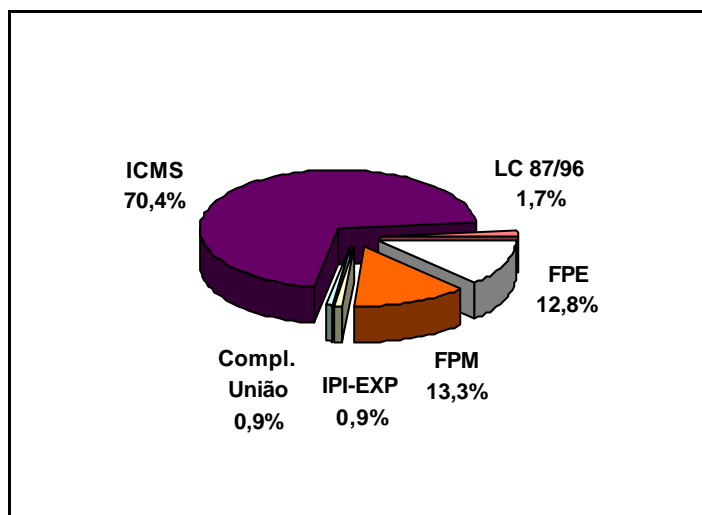
EVOLUÇÃO DO FUNDEF - 1998 a 2003

Desde a sua implantação, em 1998, o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, vem apresentando transferências de valores crescentes, em valores nominais, conforme se verifica no gráfico abaixo.



FUNDEF BRASIL POR ORIGEM
FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - JANEIRO/2004 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	140.732	10.754	1.810	2	0	39	2.655	15.260	108,4	108,4
AL	681.631	13.078	7.789	51	285	357	11.042	32.602	47,8	47,8
AM	702.496	8.772	4.602	696	0	428	29.251	43.749	62,3	62,3
AP	123.954	10.726	1.246	0	0	173	2.664	14.809	119,5	119,5
BA	3.145.874	29.538	29.710	1.441	2.015	1.580	85.153	149.436	47,5	47,5
CE	1.629.478	23.064	17.128	257	0	692	48.184	89.325	54,8	54,8
DF(2)	295.507	2.170	668	1	0	344	0	3.183	10,8	10,8
ES	506.045	4.715	5.869	1.009	0	1.812	35.925	49.330	97,5	97,5
GO	946.678	8.938	12.047	179	0	567	58.816	80.546	85,1	85,1
MA	1.515.900	22.691	13.213	205	12.231	713	12.027	61.081	40,3	40,3
MG	3.234.938	14.003	43.241	2.470	0	5.484	171.347	236.545	73,1	73,1
MS	411.164	4.187	4.897	134	0	525	23.001	32.744	79,6	79,6
MT	575.966	7.255	6.228	192	0	825	29.904	44.404	77,1	77,1
PA	1.563.132	19.214	11.955	821	6.405	1.855	42.444	82.693	52,9	52,9
PB	785.138	15.054	10.600	66	0	122	16.205	42.047	53,6	53,6
PE	1.556.767	21.691	14.489	136	0	574	44.195	81.086	52,1	52,1
PI	680.126	13.585	8.154	15	1.399	128	9.187	32.468	47,7	47,7
PR	1.575.874	9.064	22.216	2.395	0	4.285	95.832	133.791	84,9	84,9
RJ	1.995.272	4.802	9.734	2.241	0	2.493	221.183	240.453	120,5	120,5
RN	556.513	13.134	8.285	59	0	154	14.692	36.324	65,3	65,3
RO	296.998	8.851	2.972	26	0	106	11.704	23.658	79,7	79,7
RR	73.528	7.798	1.570	2	0	16	1.647	11.033	150,1	150,1
RS	1.560.609	7.403	22.165	3.119	0	4.268	129.924	166.879	106,9	106,9
SC	881.442	4.023	12.793	1.845	0	1.526	81.107	101.294	114,9	114,9
SE	382.172	13.063	4.766	13	0	106	11.411	29.359	76,8	76,8
SP	5.143.359	3.144	43.303	4.344	0	13.181	531.296	595.267	115,7	115,7
TO	272.309	13.643	5.011	1	0	33	7.295	25.983	95,4	95,4
Total	31.233.602	314.359	326.459	21.721	22.336	42.387	1.728.089	2.455.351	78,6	78,6

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.477, de 12.12.2002. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.